

## ENTREVISTA:

### Pedagogias em diferentes espaços educativos

**Entrevistado:** *José António Marques Moreira* é doutorado em Ciências da Educação pela Universidade de Coimbra e Professor no Departamento de Educação e Ensino a Distância da Universidade Aberta, onde desempenha, desde 2014, as funções de Diretor da Delegação Regional do Porto. É Coordenador Científico da Unidade Móvel de Investigação em Estudos do Local (ELO) da Universidade Aberta e Investigador Integrado no Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20), Grupo de Políticas e Organizações Educativas e Dinâmicas Educacionais da Universidade de Coimbra. Exerce, atualmente, também funções como Coordenador Executivo da Unidade de Desenvolvimento dos Centros Locais de Aprendizagem (UMCLA) da Universidade Aberta. Publicou 52 artigos em revistas especializadas e 36 trabalhos em atas de eventos. Possui 25 capítulos de livros e 24 livros publicados. Tem participado em eventos internacionais e em Portugal como orador convidado e tem realizado investigação, sobretudo, na área da Educação Online e das Tecnologias Digitais.

**Dialogia:** Poderia falar um pouco a respeito de seu percurso acadêmico e, sobretudo, profissional?

*José António Marques Moreira:* O meu percurso acadêmico no Ensino Superior começou na Faculdade de Letras na Universidade de Coimbra. Após ter finalizado o Ensino Médio na área de Humanidades ingressei na Licenciatura de História, variante de História da Arte, tendo optado no 3.º ano do curso pelo Ramo Educacional, ou seja, escolhendo o caminho da docência como Professor de História nos Ensinos Fundamental e Médio. É interessante hoje, fazer uma retrospectiva desse período e perceber que uma das minhas áreas de estudo na época, a arquitetura dos presídios, tem tido atualmente muita influência numa das minhas áreas de pesquisa principais, mais concretamente a *Educação a Distância e eLearning em Presídios*. Após a conclusão da graduação, realizei o Estágio Pedagógico e foi nesse momento, que tive a certeza de que essa era mesmo a “minha” profissão. Depois da conclusão do estágio e já lecionando numa escola próxima da minha residência, decidi ingressar no Mestrado em Psicologia da Educação na Faculdade de Psicologia e Ciências da Universidade de Coimbra (FPCEUC), com o objetivo de aprofundar os meus conhecimentos no domínio da psicologia educacional, tendo elaborado a tese de conclusão de curso sobre o tema do autoconceito acadêmico de estudantes do ensino secundário, construto psicológico determinante na motivação e no rendimento dos estudantes, e que ainda hoje, é uma das minhas áreas de pesquisa, também. Depois de ter concluído o Mestrado, decidi fazer o Doutorado na mesma instituição, a FPCEUC, em Ciências da Educação, na área de especialidade de Formação de Professores, que, até hoje, é uma das minhas áreas de pesquisa prioritárias. Entretanto, durante a realização do Doutorado e percebendo algumas “fragilidades” e necessidades que tinha, decidi realizar ainda duas especializações na área das Tecnologias Digitais, uma delas, na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Mais recentemente, concluí um curso de iniciação à realização cinematográfica, com o objetivo de adquirir competências mais aprofundadas nesta

José António Marques Moreira

área, que me permitam trabalhar com o cinema em contexto educativo. Esse é resumidamente o meu percurso acadêmico, não considerando outras formações de curta duração que fui desenvolvendo e que me permitiram ser mais “competente” com o uso pedagógico de plataformas e ambientes digitais de aprendizagem. Em termos profissionais, e como resultado da minha opção na graduação pela via educacional, fui professor da disciplina de História nos Ensinos Fundamental e Médio durante os primeiros cinco anos da minha carreira docente. Após ter concluído o Mestrado, fui docente numa Escola Superior de Educação, no Instituto Piaget, em Portugal, tendo lecionado disciplinas na área da Psicologia Educacional e da História da Arte e exercido funções de direção na Escola. Neste contexto, estive na equipe que implementou a educação online no Instituto e desde então, tenho trabalhado com plataformas digitais e com a criação de ambientes digitais de aprendizagem híbridos. Simultaneamente, lecionei em Cursos de Educação e Formação de Adultos em outras instituições. Depois de ter terminado o Doutorado, ingressei na Universidade onde estou atualmente, a Universidade Aberta (UAb) de Portugal, única instituição pública de Educação a Distância e *eLearning*. Atualmente, sou Diretor da Delegação do Porto da UAb e Professor no Departamento de Educação e Ensino a Distância (DEED). Exerço ainda a função de Coordenador Científico da Unidade Móvel de Investigação em Estudos do Local (ELO) e Coordenador Executivo da Unidade de Desenvolvimento dos Centros Locais de Aprendizagem (UMCLA) da UAb. Além disso, sou Investigador Integrado no Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20) e Coordenador do Núcleo de Estudos de Pedagogia do Ensino Superior da Universidade de Coimbra.

**Dialogia:** Em seus estudos, tem se preocupado em defender a educação como direito universal e ao longo da vida? Qual a importância e as possibilidades para que essas perspectivas sejam efetivadas no cenário atual?

*José António Marques Moreira:* Para mim, não poderia ser de outra forma. Como alguém que acredita no sistema democrático, assumo, claramente, que a educação é um direito universal, independentemente do seu gênero, crenças, etnia ou situação pessoal e social. A educação é uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento social. Com efeito, na Declaração de Hamburgo de 1997 já se entendia que o reconhecimento do direito à educação ao longo de toda a vida apresenta-se como uma necessidade, no sentido de promover uma cultura de paz e de educação para a cidadania e para a democracia, bem como o respeito pelas diferenças culturais, pela diversidade e igualdade, a promoção da saúde e a consciencialização para ações que promovam a sustentabilidade do meio ambiente. Paulo Freire, por outro lado, já se referia à Educação não como algo que transforma o mundo, mas que muda as pessoas e essas pessoas transformam o mundo. Também em Portugal, a Educação, consagrada como direito na Lei de Bases do Sistema Educativo Português de 1986, apresenta-se como um direito inalienável de ser humano, independentemente do seu contexto. No entanto, e num mundo cada vez mais globalizado e conectado, continuamos a assistir, paradoxalmente, a situações de exclusão extrema. Sejam casos de gravidade social, como as pessoas que vivem abaixo do limiar de pobreza, sejam outras formas de exclusão, entre as quais se destaca a exclusão provocada pela falta de acesso ao conhecimento. Numa sociedade que é amplamente considerada “do conhecimento”, não saber, não ter acesso a esse conhecimento é, claramente, uma forma de exclusão. Hoje podemos considerar que nesta sociedade do conhecimento existe “o risco de criar um fosso cada vez maior entre os que têm acesso aos novos conhecimentos e os que deles são excluídos. Esse é um fosso que pode ser tanto maior quanto menor for o acesso aos processos de educação e formação dos indivíduos. Circunstâncias que podem acontecer mesmo

*José António Marques Moreira*

apesar de, teoricamente e do ponto de vista legal, como sabemos, a educação ser um direito universal, fundador do desenvolvimento humano. Há, pois, que criar, sistemas de ensino mais flexíveis, como a EaD e o *eLearning*, que podem contribuir para uma maior justiça social, através da redução das barreiras de acesso e de participação em ambientes digitais, respeitando as características individuais e os diferentes ritmos de aprendizagem, elementos fundamentais para a inclusão digital e social. Na última década são muitos os autores que reconhecem o ensino mediado por recursos eletrônicos como uma modalidade apropriada para responder aos desafios que o mundo globalizado coloca ao nível da aprendizagem ao longo da vida e para o desenvolvimento de competências tecnológicas e sociais. Considerando a perspectiva de justiça social como processo, como um modelo democrático que inclui a participação em diferentes instituições sociais e culturais, defendo que a inclusão digital possa ser considerada um bem essencial ou seja um elemento necessário a todos os cidadãos para que possam ter acesso, interagir com iguais direitos, participar e configurar ambientes culturais digitais. Este bem deve, portanto, ser redistribuído com equidade, de forma a que se reconheçam e se considerem as diferenças e as necessidades dos diferentes grupos sociais, independentemente do seu gênero, crenças, etnia ou situação pessoal e social.

***Dialogia:* Diante de suas publicações, encontramos alguns conceitos que muito nos interessa, dentre eles: Comunidades de Aprendizagem; Ecossistema de Aprendizagem; Ecologia da Aprendizagem; Coaprendizagem e a Colaboração, temas que nos levam a pensar na desconstrução de um sistema educacional disciplinar que nos assombra, mas que não conseguimos romper, pois tal desconstrução implica em mudanças nas mais variadas dimensões. Poderia compartilhar conosco que mudanças visualiza como necessárias no contexto educacional brasileiro e como podem ser efetivadas?**

*José António Marques Moreira:* Com efeito, cada vez mais é necessário pensar na desconstrução e na mudança de paradigma educacional. Se existem novas formas de viver, sentir e pensar, é preciso que se pense também nas novas formas de ensinar, e sobretudo de aprender, nas novas expectativas e nos novos desafios, que se colocam, não só aos estudantes, mas também aos professores, já que todos estão inseridos numa sociedade repleta de tecnologias digitais e telemáticas. Com efeito, os ecossistemas digitais de aprendizagem, tal como os conhecemos, estão sendo constantemente desafiados pelo enorme fluxo de conteúdos, pelas múltiplas plataformas e sistemas de *medias*, que circulam pela nossa cultura, e que provocam um conjunto de mudanças, não só tecnológicas, mas também sociais e culturais. Como já destaquei anteriormente, numa época em que a aprendizagem ao longo da vida assume uma relevância cada vez maior, a aliança entre contextos formais e informais de aprendizagem, potencializados pela tecnologia, conectando os indivíduos, há a necessidade, efetiva, de criar redes dinâmicas e ecológicas capazes de responder aos desafios da sociedade. Estas renovadas sociedades do conhecimento necessitam de sistemas educacionais, onde as salas de aula estejam conectadas a instrumentos e redes de conhecimento continuamente atualizados. Pesquisadores, que anteriormente representavam o mundo como máquinas, como mecanismos de regras lineares de causa e efeito, estão mudando seu modo de ver, vendo os seus objetos de estudo, agora, como ecossistemas digitais que são, na sua essência, análogos às comunidades ecológicas naturais, pois apresentam-se como sistemas complexos, dinâmicos e adaptativos, que interagem como unidades funcionais e são interligadas através de ações, de fluxos de informação e de transação. Associado ao campo educativo, e com a disseminação das tecnologias e o crescente acesso à internet, o termo ecossistemas digitais *online* de

José António Marques Moreira

aprendizagem tem ganhado um significado cada vez mais relevante. E o desenvolvimento destes ecossistemas constituídos por ambientes de aprendizagem complementares baseados no conceito de Ecologia requer, pois, uma mudança significativa na forma de pensar o ato educativo. O desafio é, pois, criar ambientes férteis, dinâmicos, vivos e diversificados, onde as atividades de aprendizagem, o conhecimento e as ideias possam nascer, crescer e evoluir. E, para isso, é necessária uma abordagem que não se limite a considerar apenas os aspetos tecnológicos relacionados com uma aprendizagem via *web*, mas que privilegie uma abordagem ecológica, integrada e holística, em suma uma abordagem que privilegie uma visão híbrida, *blended* da aprendizagem. Neste contexto é fundamental que os próprios professores saibam apropriar-se das vantagens dessas tecnologias, e as usem na criação de novos ambientes de aprendizagem, mais motivadores, mais estimulantes e, sobretudo, sejam capazes de desenvolver, nos seus estudantes, as competências essenciais para a sua integração nesta nova era digital do século 21. Com efeito, presentemente, para conseguirem ser bem-sucedidos numa economia suportada pela inovação, os cidadãos precisam de um conjunto diferente de competências, como colaboração, criatividade e capacidade de resolução de problemas, para além de qualidades ao nível do carácter, como persistência, curiosidade e iniciativa. Por isso, quer no Brasil, quer em Portugal, as realidades que melhor conheço, é necessário, com alguma urgência, repensar o paradigma educacional, pensando para além das chamadas "*literacias fundacionais*", que representam, cada vez mais, apenas um ponto de partida para o desenvolvimento de competências mais complexas e adaptadas ao que é esperado dos cidadãos do novo milênio. E é necessário operar uma (*r*)*EDU*volution, passando de uma Educação dos Conteúdos para uma Educação de Competências, uma (*r*)*EDU*volution que nos permita sair da (des)aprendizagem típica dos feudos de conhecimento, criando alternativas aos modelos pedagógicos tradicionais, construindo dinâmicas que operem microevoluções e debilitem esse sistema conservador.

**Dialogia: Cabe-nos pensar em como essas questões podem se constituir em práticas que dialoguem e se coloquem como outras possibilidades pedagógicas para diferentes contextos educativos (sistemas prisionais, no campo, hospitalar, entre outros) e sujeitos, reconhecendo suas especificidades, como, por exemplo (pedagogia para idosos). Quais experiências conhecidas ou desenvolvidas por você destacaria como de sucesso ou como uma boa prática a ser adotada como referência para a busca de inovação em um contexto formativo?**

*José António Marques Moreira:* Não sei se poderemos já se referir a e elas como uma experiência de sucesso, mas neste momento, estou coordenando um projeto intitulado “EaD e *eLearning* em Presídios em Portugal” que tem como um dos seus principais objetivos a criação de um *Campus Virtual de Educação, Formação, Empregabilidade e Cidadania*, que permita aos cidadãos reclusos terem acesso, através do sinal digital, a programas de educação e formação. Como já referi anteriormente, a educação é um direito universal e desempenha um papel crucial no desenvolvimento humano, sobretudo no que se refere à construção da personalidade e carácter do indivíduo. E mesmo em situação de reclusão, e tendo em consideração as recomendações de vários organismos internacionais referentes à *Educação nos Presídios*, os cidadãos possuem os mesmos direitos no acesso à educação. Como sabemos, a reclusão implica a perda de alguns direitos, mas eles não se devem estender à educação, na medida do possível, sobretudo, porque a educação e a formação, neste contexto, tende a assumir-se como um dispositivo promotor de reinserção social e de combate à reincidência. Com efeito, os indivíduos em situação de reclusão mantêm o direito a uma educação de

José António Marques Moreira

qualidade e diversificada, sendo que ela deve ser adequada às exigências da “Sociedade do Conhecimento”. Considerando as restrições que estes indivíduos possuem em relação à frequência das atividades letivas nas instituições de Ensino Superior, na Europa têm sido desenvolvidos alguns projetos de Educação a Distância e *eLearning* em estabelecimentos prisionais, destacando-se o projeto ELIS, na Alemanha e na Áustria, o IFI- “*Internet for Inmates*”, na Noruega, e o *Virtual Campus*, do Reino Unido, que se traduz numa plataforma com o objetivo de gerir as diferentes necessidades dos reclusos, que têm acesso seguro a conteúdos específicos, constantes de uma “*whitelist*”. Também em Portugal, e no âmbito do protocolo assinado em 2016 entre a Universidade Aberta (UAb) e a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) está sendo desenvolvido este projeto que estou coordenando, que tem como um dos seus objetivos principais a criação e desenvolvimento do *Campus Virtual EDUCONLINE@PRIS* ([educonlinepris.uab.pt](mailto:educonlinepris.uab.pt)). Funcionando desde o finais de 2018 em quatro presídios, o portal agregador do *Campus* foi criado, tendo como base duas plataformas *Moodle*, uma que dá acesso aos Cursos de Licenciatura, Mestrado e Doutorado da Universidade Aberta, e outra com Cursos de Extensão Universitária, desenvolvida, especificamente, para a população reclusa, centrando-se ambas nos serviços mais importantes de gestão de conteúdos pedagógicos e das aprendizagens. Esperamos que este projeto consiga dar resposta a alguns dos desafios que a sociedade digital e as novas tecnologias colocam à EaD e *eLearning*, especialmente em contextos de enorme vulnerabilidade social, como é o caso da população prisional, contribuindo, ao mesmo tempo, para que seja garantido o direito de acesso à educação que deve ter qualquer cidadão, no cumprimento do respeito pelos direitos humanos dos indivíduos, privados ou não de liberdade. A construção deste *Campus* é um desafio complexo e transversal e exige um capital de compromisso colaborativo, que é assegurado por toda a comunidade da UAb e pelo grupo de trabalho criado para agilizar a comunicação entre os serviços da UAb e os estabelecimentos prisionais. Acreditamos, por conseguinte, que este projeto contribuirá também para dar expressão à missão da UAb como uma universidade em qualquer lugar do mundo, que ultrapassa as fronteiras políticas e geográficas ou os muros de uma prisão, criando condições para que todos tenham oportunidade de investir na sua educação.

**Dialogia: Quais são as maiores dificuldades para se desenvolver práticas pedagógicas mais inovadoras nesses Diferentes Espaços Educativos?**

*José António Marques Moreira:* No que diz respeito ao projeto referido na questão anterior, as maiores dificuldades para se desenvolver práticas educativas nestes contextos relacionam-se com, por um lado, questões culturais e de mentalidade, e por outro com questões de segurança. Com efeito há ainda alguma resistência em proporcionar condições aceitáveis, em relação à educação, a estes cidadãos em estado de reclusão, associada a algum preconceito por parte de alguns intervenientes envolvidos. Para ultrapassar esta questão pensamos que é fundamental desenvolver ações de formação a todos os atores envolvidos neste processo. Essa formação permitirá melhorar os processos de Educação Digital nos presídios, mas também desmistificar questões de segurança e de validade da própria Educação a Distância e *eLearning*. Por questões de segurança os estudantes não conseguem acssar *links* externos de endereços autorizados, o que irá implicar sempre uma personalização, por parte dos professores, dos ambientes de aprendizagem que deverão atentar ao perfil dos estudantes que integram as turmas. Mais uma vez destaco que a educação e a formação enriquecida com tecnologias digitais dentro de um presídio pode ter também influência comportamental, e esse aspecto, cuja relevância não necessita de explicitação maior, deverá servir de reflexão para a evolução deste *Campus* e da criação de um modelo pedagógico mais inclusivo para este grupo de cidadãos com condições



*José António Marques Moreira*

de acesso especiais. Espero pois, que este projeto consiga dar resposta a alguns dos desafios que a sociedade digital e as novas tecnologias colocam à EaD e *eLearning*, especialmente em contextos de enorme vulnerabilidade social, como é o caso da população presidiária, contribuindo, ao mesmo tempo, para que seja garantido o direito de acesso à educação que deve ter qualquer cidadão, no cumprimento do respeito pelos direitos humanos dos indivíduos, privados ou não de liberdade.

***Dialogia: Que mensagem enviaria, nos dias de hoje, para alunos, professores e gestores escolares do Brasil?***

*José António Marques Moreira:* Tendo em consideração o cenário de emergência mundial, que atravessamos com o coronavírus, esta pode ser uma oportunidade que temos de aproveitar para desenvolver estruturas que respondam às mudanças sociais e às necessidades da formação docente e de educação ao longo da vida. Com efeito, a mudança de paradigma e de filosofia educacional, para uma educação digital em rede, exige uma política ativa de formação docente, de apropriação digital, para propiciar metodologias e práticas pedagógicas de qualidade, por meio de programas de formação com tecnologias digitais. Sendo a educação digital em rede, um processo que se caracteriza pela conectividade, rapidez, fluidez, apropriação de recursos abertos e de mídias sociais é necessário desencadear processos educativos destinados a melhorar e a desenvolver a qualidade profissional dos professores que, claramente, neste momento, foram pegos de surpresa. É no quadro dessas necessidades relacionados à docência digital que se devem, pois, criar programas de formação e de capacitação para todos os agentes educativos direcionados para o desenvolvimento de projetos de formação e educação que não se reduzam ao conceito binário de *offline* ou *online*, mas que abram caminhos para uma educação *onlife*.

**Cite como**

TERÇARIOL, Adriana Aparecida de Lima; TEIXEIRA, Rosiley Aparecida. Pedagogias em diferentes espaços educativos. Entrevistado: José Antonio Marques Moreira. *Dialogia*, São Paulo, n. 34, p. 2-7, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/Dialogia.N34.17342>.

